



Ministério Público do Trabalho

## PROVA DE DIREITO

### 1º PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO DE 2019

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Ao receber este caderno de questões, observe se existem 26 (vinte e seis) questões, sendo 5 (cinco) de Língua Portuguesa, 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos e 1 (uma) Questão Discursiva. Constatando qualquer anormalidade (páginas sem impressão, páginas repetidas, ausência de páginas ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição;
2. As respostas objetivas deverão ser assinaladas no **CARTÃO DE RESPOSTAS**. O candidato deverá marcar um, e somente um, dos campos do Cartão de Respostas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis serão desconsideradas. Há apenas uma resposta correta para cada questão. Não deixe questão sem resposta. Não serão consideradas as assinalações feitas em outro espaço que não o gabarito.
3. Não haverá substituição de prova em razão de erro cometido pelo candidato no preenchimento das respostas.
4. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de comunicação entre os candidatos, tampouco, será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico. Desligue o telefone celular;
5. O tempo para realização desta prova será de 3 (três) horas;
6. O gabarito das questões será divulgado a partir do 1º dia útil após a realização do exame no sítio eletrônico do MPT (<https://mpt.mp.br/pgt/trabalho-mpt/estagio/estagio-no-mpt>).
7. Lembre de assinar o seu CARTÃO DE RESPOSTAS.

**BOA PROVA!**

# Prova de Direito

---

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### Conhecer Pessoas

Cada pessoa é um universo imenso. A clássica frase “nenhum homem é uma ilha” continua valendo. Ela faz parte de um poema bastante conhecido do britânico John Donne. Mas, de outro lado, se nenhum homem é uma ilha, cada homem e cada mulher é um mundo. Um mundo de ideias, de sonhos, de percepções, de desejos. E por mais que essa ideia pareça romântica, ela não pode ser descartada. Samuel Johnson, escritor britânico do século XVIII, considerava perdido o dia em que não conhecia uma nova pessoa. Porque conhecer uma nova pessoa significa conhecer um dos modos de ser humano, uma das maneiras de viver a história, uma das formas de organizar a vida.

A outra pessoa me inspira a pensar de outro modo, ela pode contrapor-se a ideias que eu carregue ou afirmar pensamentos que eu adote. Desse ponto de vista, conhecer, mesmo que não signifique aprofundar essa relação, manter uma amizade - dado que amizade é algo muito mais sério - me deixa predisposto a prestar atenção em quem não é como eu, em quem não me repete, em alguém que é de fato outra pessoa. Isso me ajuda a viajar por novos modos de ser humano, a viajar por novos mundos.

Se ninguém é uma ilha, nenhum e nenhuma de nós deixamos de ser um mundo em si e, nesse sentido, para que possamos construir uma realidade mais rica, um dia em que se conhece outra pessoa é um dia que nos enriquece.

**Mário Sérgio Cortella.** Pensar bem nos faz bem!

## QUESTÃO 1

Assinale a alternativa correta, de acordo com as ideias veiculadas no texto:

a) Trata-se de um relato pessoal em que o autor manifesta seu desejo de enriquecer e viajar pelo mundo, conhecer novas culturas e realizar seus próprios sonhos.

b) Embora cada indivíduo seja um universo em si mesmo, não é possível a coexistência harmoniosa entre os seres humanos na medida em que cada um deve ser inflexível na defesa de seu próprio ponto de vista.

c) A diversidade humana implica uma excelente oportunidade para o indivíduo refletir e compreender que o outro, diferente em valores, ideias e comportamentos, não apenas é digno de consideração, como também é elemento-chave para o processo de crescimento individual.

d) O autor utiliza os termos *cada homem e cada mulher/nenhum e nenhuma de nós* para ressaltar que as diferenças entre homens e mulheres são inconciliáveis e, portanto, é legítima a luta pela supremacia de um gênero sobre o outro.

e) Todas as pessoas possuem os mesmos interesses e afinidades, o que torna a humanidade um grupo homogêneo e sem espaço para novidades e aprendizados.

## QUESTÃO 2

Com base na leitura do texto, é correto afirmar que:

a) Ao citar escritores britânicos como fonte de sua argumentação, o autor revela a sua preferência por essa nacionalidade em face de outras que julga serem inferiores.

b) O autor se define como um romântico incorrigível, pois reconhece que exaltar a singularidade de cada ser humano é ideia excessivamente sonhadora, incompatível com a realidade cotidiana.

## Prova de Direito

c) O tom empregado no texto é de absoluta intolerância, incitando o leitor a uma postura discriminatória frente a opiniões e comportamentos diferentes dos seus.

d) A frase “nenhum homem é uma ilha” indica que os seres humanos não sobrevivem isoladamente, sendo a convivência algo não apenas necessário, mas também desejável já que, por meio dela, a pessoa tem maiores possibilidades de adquirir conhecimentos e ampliar os próprios horizontes.

e) No último parágrafo, as formas verbais na 1ª pessoa do plural – “deixamos”; “possamos” – revela a intenção do autor em se distanciar do tema abordado no texto.

### QUESTÃO 3

Marque a alternativa correta em relação à concordância verbal:

- a) Deu cinco horas no relógio da catedral.
- b) Não havia segredos entre nós.
- c) Eu e minha família viajou a Paris nas últimas férias.
- d) Ficaram eu e a diretora na sala.
- e) Choveu reclamações após as mudanças realizadas pelo novo síndico.

### QUESTÃO 4

Assinale a opção incorreta no emprego da vírgula:

- a) Como não houve quórum para votação do projeto de lei, foi adiada a sessão.
- b) Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa, é uma das cidades mais violentas do Brasil.
- c) Se beber, não dirija.
- d) Preparar a festa de Natal, é uma atividade muito prazerosa.
- e) No ano de 2018, a balança comercial brasileira teve um superávit de R\$ 58 bilhões.

### QUESTÃO 5

Assinale a opção em que todos os termos estão grafados corretamente:

- a) exceção, cisterna, estupidez.
- b) previlégio, explêndido, varegista.
- c) caxumba, magestade, designar.
- d) mormasso, gengiva, pesquisa.
- e) suspense, finjimento, burguez.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

### QUESTÃO 6

Dentre os remédios e ações previstas no art. 5º da Constituição é correto afirmar:

- a) pode ingressar com ação popular qualquer indivíduo, desde que seja brasileiro nato ou naturalizado ou ainda estrangeiro residente no país.
- b) a Constituição autoriza que partido político regularmente constituído possa impetrar mandado de segurança coletivo, independentemente de ter ou não representação no Congresso Nacional.
- c) a ilegalidade a ser impugnada por meio do mandado de segurança pode ser proveniente não só de autoridade pública, mas também de pessoa privada, caso esta esteja no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) não será cabível habeas data para a retificação de dados pessoais se houver a possibilidade de fazê-lo por outro processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- e) ao decidir o mandado de injunção, o Tribunal reconhece a ausência da norma viabilizadora do exercício do direito fundamental e assinala prazo para o Poder Legislativo cumprir o seu dever de legislar.

### **QUESTÃO 7**

**O direito de livre associação é assegurado pelo art. 5º da Constituição da República. Assinale a alternativa que é contrária à disciplina constitucional sobre o assunto:**

a) é vedada a interferência estatal no funcionamento das associações; admite-se, porém, que a autoridade judiciária competente possa determinar, provisoriamente, a suspensão de suas atividades.

b) não se pode invocar a liberdade de associação para a criação de entidades de caráter paramilitar.

c) ninguém poderá ser compelido a associar-se; uma vez associado, porém, é possível que o estatuto da associação imponha o dever de o indivíduo permanecer associado por determinado tempo – o que se conhece como “cláusula de fidelidade”.

d) a dissolução compulsória das associações é possível; essa possibilidade, no entanto, somente será viável se houver, a respeito, decisão judicial transitada em julgado.

e) a associação, quando expressamente autorizada, tem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

### **QUESTÃO 8**

**A Constituição aponta, como função institucional do Ministério Público:**

a) funcionar como órgão revisor externo das decisões judiciais violadoras da Constituição.

b) exercer controle sobre a atividade policial, tanto internamente quanto externamente.

c) ingressar com ações em favor de indivíduos que não tenham condições financeiras de custear o patrocínio de um advogado.

d) representar judicialmente pessoas jurídicas de direito público, se estas não contarem com procuradoria jurídica própria.

e) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência.

### **QUESTÃO 9**

**Quanto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é correto afirmar:**

a) exerce fiscalização das atividades desempenhadas pelos membros da instituição, substituindo a atividade correcional específica de cada ramo, a fim de evitar o corporativismo, bem como o abuso do direito.

b) sua função abrange não só o controle e fiscalização dos membros do Ministério Público, abarcando também a atuação dos servidores do MP que exercem serviços auxiliares.

c) em virtude de suas amplas atribuições, o controle exercido pelo CNMP quanto aos aspectos orçamentário e financeiro dos órgãos do Ministério Público da União e dos Estados dispensa a atuação dos Tribunais de Contas em face dessas questões.

d) poderá avocar processos disciplinares em curso e determinar a perda de cargo de membro, se a falta por ele cometida assim o exigir, após decisão adotada em processo administrativo disciplinar.

e) pode rever decisões de arquivamento de inquérito civil, em caso de fundamentação contrária ao disposto no texto constitucional.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **QUESTÃO 10**

**Segundo a Constituição, a acumulação remunerada de cargos públicos está sujeita a restrições. É incompatível com as restrições constitucionais a seguinte assertiva:**

## Prova de Direito

a) A acumulação remunerada de cargos públicos, em qualquer caso, não pode ocorrer se houver incompatibilidade de horários.

b) As restrições à acumulação remunerada abrangem cargos públicos, empregos públicos e funções públicas.

c) A Constituição viabiliza o exercício simultâneo de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, não somente cargos de médico.

d) Não é possível acumular um cargo público na esfera federal, outro na estadual e outro na municipal, ainda que haja compatibilidade de horários.

e) As restrições à acumulação remunerada abarcam a Administração direta, autárquica e fundacional – assim, não afeta os trabalhadores das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, bem como das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

### **QUESTÃO 11**

**De acordo com a legislação relativa às licitações e contratos administrativos, a prova da regularidade trabalhista ocorre por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Essa certidão:**

a) abrange tanto os débitos judicialmente reconhecidos quanto os débitos extrajudiciais, de modo que a regularidade por ela provada pressupõe a inexistência de condenação judicial e de pendências contratuais trabalhistas.

b) abrange apenas os débitos extrajudiciais, de modo que a regularidade por ela provada pressupõe a inexistência de pendências contratuais trabalhistas – já a prova de inexistência de débitos judicialmente reconhecidos ocorre por meio da apresentação de outra certidão, específica da Justiça do Trabalho.

c) abrange apenas os débitos judicialmente reconhecidos, de modo que o interessado, para obtê-la, não pode ter contra si nem execução judicial nem condenação judicial, pouco importando que esta tenha sido ou não transitada em julgado.

d) caso expedida, certificará a regularidade trabalhista do interessado em relação a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais.

e) não poderá ser emitida a partir do momento em que a pessoa jurídica interessada seja citada para responder como reclamada na Justiça do Trabalho – a emissão somente será regularizada se houver acordo ou pagamento do valor reclamado.

### **DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO**

#### **QUESTÃO 12**

**É verba de caráter remuneratório, mas não faz parte do conceito de salário. Assinale a verba trabalhista a que esse enunciado faz referência:**

- a) repouso semanal remunerado.
- b) prêmio concedido ao empregado do mês.
- c) participação nos lucros e resultados.
- d) adicional de periculosidade.
- e) gorjeta.

#### **QUESTÃO 13**

**Sobre o trabalho noturno, nos termos da legislação trabalhista, é incorreto afirmar:**

a) Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, de modo que o labor também alcance o período diurno, devido é também o adicional noturno quanto às horas prorrogadas.

b) No trabalho noturno urbano, cada hora deve ser contada como sendo de 52min30s, mas o adicional noturno somente será devido

## Prova de Direito

se for trabalhada uma hora completa “normal” (ou seja, de 60min).

c) Sendo uma modalidade de salário-condição, será perdido o direito ao adicional noturno se o empregado for transferido para o período diurno de trabalho.

d) Embora aos dezesseis anos de idade o indivíduo possa ser admitido regularmente como empregado, ele não pode ser admitido para trabalhar em período noturno.

e) Para fins do recebimento do adicional, o horário noturno é diferenciado entre o trabalho urbano, previsto na CLT, e o rural, regulado em lei esparsa.

### **QUESTÃO 14**

**A legislação ambiental do trabalho prevê a existência de deveres para os envolvidos na proteção do meio ambiente laboral. Dentre esses deveres não se inclui:**

a) O dever do Ministério do Trabalho (atual Ministério da Economia) de elaborar códigos de obras e regulamentos sanitários direcionados à salvaguarda ambiental do trabalhador.

b) O dever das empresas de facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.

c) O dever dos empregados em seguirem as recomendações e determinações sobre segurança no trabalho, incluindo o uso do equipamento de proteção individual (EPI).

d) O dever das Superintendências Regionais do Trabalho (SRTs) de impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.

e) O dever de colaboração entre empregados e empregadores para que todos os envolvidos na rotina laboral sigam as normatizações destinadas a evitar acidentes do trabalho e/ou doenças ocupacionais.

### **QUESTÃO 15**

**A lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista) trouxe para o texto da Consolidação das Leis do Trabalho diversos institutos que até então não contavam com previsão celetista expressa; dentre eles, não se inclui:**

a) Contrato de experiência.

b) Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.

c) Teletrabalho.

d) Distrato trabalhista.

e) Prescrição intercorrente.

### **QUESTÃO 16**

**Quanto à estabilidade provisória do dirigente sindical é correto afirmar:**

a) Esse direito abrange os diretores da entidade, seus suplentes, os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes.

b) É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo legal, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

c) Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, a estabilidade subsiste, tendo o empregador o ônus de transferir o empregado para outra localidade ou arcar com a indenização correspondente à dispensa.

d) Caso o trabalhador pratique ato que se enquadre numa das justas causas previstas na CLT, o empregador fica autorizado a dispensar o dirigente sindical com fundamento nessa conduta, devendo arcar com o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal.

e) É possível dispensar o empregado dirigente sindical mesmo que ele não tenha

praticado ato tipificado como justa causa – mas, nessa hipótese, é preciso justificar a despedida em algum motivo técnico, econômico ou financeiro.

### **QUESTÃO 17**

**O art. 525 da CLT estipula ser “vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços”, excepcionando dessa proibição, contudo, “os delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, especialmente designados pelo ministro ou por quem o represente”. Em face do que dispõe a Constituição a respeito do assunto, assinale a alternativa correta acerca do teor desse dispositivo legal:**

a) Sua norma é constitucional, pois o fato de o sindicato ser uma pessoa jurídica de direito privado não o isenta dos controles externos exercidos pelas autoridades governamentais constituídas.

b) Sua norma é constitucional, pois a Constituição, ao vedar a interferência na organização sindical, somente o faz quanto à estrutura do sindicalismo por categoria, e não quanto ao sindicato em sua dimensão interna.

c) Sua norma é inconstitucional, visto que, de acordo com a Constituição, essa designação não pode mais ser prerrogativa do ministro de Estado, mas sim do Presidente da República.

d) Sua norma é inconstitucional, já que viola a não-interferência na organização sindical a que se refere o texto constitucional.

e) Sua norma é inconstitucional, visto que toda a matéria sobre a estrutura interna sindical está disciplinada no texto da Constituição – é vedado à norma infraconstitucional, desde 1988, tratar dessa matéria.

### **QUESTÃO 18**

**A lei nº 13.467/2017 disciplinou, no texto da Consolidação das Leis do Trabalho, a figura da comissão de representantes dos empregados; a respeito dessa representação é correto afirmar:**

a) Sua atuação é concorrente com a atuação da entidade sindical – onde houver a instituição da comissão representativa, o sindicato não terá legitimidade para atuar.

b) Tem como finalidade primordial receber queixas e reclamações dos empregados, assinalando prazo para audiência de conciliação antes do encaminhamento da questão para a Justiça do Trabalho.

c) A eleição dos seus membros será supervisionada por um representante do empregador e outro designado pelo sindicato da categoria profissional respectiva.

d) Passa a ser obrigatória em todas as empresas, independentemente do porte econômico e do número de empregados, ressalvado dessa obrigatoriedade apenas o microempreendedor individual e o empresário individual.

e) Seus membros não poderão ser dispensados arbitrariamente, desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

### **QUESTÃO 19**

**Trata-se de afirmação incompatível com a sistemática das despesas processuais trabalhistas:**

a) Em caso de condenação do reclamado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), as custas a serem recolhidas serão no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).



## Prova de Direito

b) O Ministério Público do Trabalho está isento do pagamento de custas, ainda que seja derrotado no processo.

c) Para que a reclamação trabalhista seja distribuída, é necessário que o reclamante recolha o valor das custas no prazo legal, salvo se beneficiário da justiça gratuita.

d) Em caso de acordo, o valor das custas será dividido igualmente entre os litigantes – essa divisão, porém, poderá ser alterada por convenção entre as partes.

e) Na execução trabalhista, as custas serão pagas ao final.

### **QUESTÃO 20**

**Um Auditor-Fiscal do Trabalho autuou, com fundamento na Norma Regulamentadora nº 13 do Ministério do Trabalho (atual Ministério da Economia), determinada pessoa jurídica pelo fato de esta utilizar, em seu estabelecimento empresarial, uma caldeira de pressão que não continha os documentos técnicos indispensáveis ao seu manuseio de forma segura. Em âmbito administrativo, a sua defesa não foi acatada pelo Ministério e a autuação converteu-se em multa. O empregador questionou essa penalidade judicialmente, ingressando com demanda perante a Justiça Federal. Nesse caso:**

a) Sua postulação foi adequadamente endereçada, haja vista se tratar de impugnação de sanção imposta por agente do Poder Executivo Federal.

b) Sua postulação foi adequadamente endereçada, visto que a sanção se baseia em norma editada por agente/órgão que integra a Administração Pública direta da União.

c) Sua postulação foi adequadamente endereçada, visto que a revisão de processos administrativos em curso no âmbito de órgão que integra a Administração Pública direta da

União caberá, quando houver questionamento judicial a respeito, à Justiça Federal.

d) Sua postulação deveria ter sido dirigida à Justiça do Trabalho, pois o simples fato de essa exigência constar em uma norma expedida pelo então Ministério do Trabalho já caracteriza uma relação de trabalho para os efeitos legais.

e) Sua postulação deveria ter sido dirigida à Justiça do Trabalho, pois este é o ramo judiciário competente para apreciar questões relacionadas às penalidades administrativas impostas pela fiscalização trabalhista.

### **QUESTÃO 21**

**O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública, não obtendo êxito em sua pretensão. Insatisfeita com a decisão, a Procuradora do Trabalho responsável pelo caso apresentou o recurso cabível, o qual foi remetido ao Tribunal. Na instância superior, o recurso não foi provido pelo órgão colegiado competente, o que levou a Procuradora a apresentar novo recurso contra essa segunda decisão desfavorável. Conhecendo-se a sistemática recursal trabalhista, pode-se concluir que os recursos interpostos eram, respectivamente:**

a) Recurso ordinário e recurso de revista.

b) Embargos de declaração e recurso ordinário.

c) Embargos de declaração e recurso de revista.

d) Recurso de revista e recurso ordinário.

e) Recurso ordinário e recurso especial.

## Prova de Direito

### **QUESTÃO 22**

**Uma das modificações mais sensíveis promovidas pela Lei nº 13.467/2017 no processo do trabalho foi a seguinte:**

a) Inviabilidade de o sindicato empreender postulação em favor dos trabalhadores em caso de não pagamento, pelos obreiros, da contribuição sindical.

b) Em caso de derrota no processo, a sentença imporá o pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência.

c) Universalização do pagamento do porte de remessa e de retorno dos recursos trabalhistas, sendo que qualquer das partes deverá recolher esse valor, salvo se beneficiária da justiça gratuita.

d) Retirada do *jus postulandi* do texto da CLT, abolindo-se esse instituto.

e) Não mais se admite a desistência da demanda por parte do reclamante, salvo se houver anuência do reclamado.

### **QUESTÃO 23**

**Sobre o dissídio coletivo de natureza econômica é correto afirmar:**

a) A depender da base territorial dos sindicatos envolvidos, a competência para o processamento e julgamento pode ser da Vara, do Tribunal Regional ou do Tribunal Superior do Trabalho.

b) A Vara do Trabalho não tem competência para julgá-lo.

c) Qualquer demanda que busque a condenação em pecúnia na Justiça do Trabalho pode ser classificada como dissídio coletivo de natureza econômica, desde que conte, ao menos, com dois trabalhadores no polo ativo.

d) A pretensão veiculada nesse dissídio fica adstrita à fixação, pela Justiça do Trabalho, da adequada interpretação acerca das cláusulas de

normas coletivas que tragam ganhos ou perdas pecuniárias aos trabalhadores afetados.

e) Tem legitimidade para ajuizá-lo a central sindical, nos casos em que a norma coletiva pactuada não estiver sendo cumprida pelas entidades patronais.

### **DIREITO TRANSINDIVIDUAIS E LEGISLAÇÃO DO MPT**

### **QUESTÃO 24**

**É instrumento destinado a averiguar, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, a ocorrência de lesões aos direitos dos trabalhadores:**

- a) Inquérito civil.
- b) Inquérito trabalhista.
- c) Inquérito preliminar.
- d) Inquérito preparatório.
- e) Inquérito coletivo.

### **QUESTÃO 25**

**Todas as demandas abaixo podem ser ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho, exceto:**

a) Mandado de injunção, caso a competência para apreciá-lo seja da Justiça do Trabalho.

b) Ação civil coletiva a fim de tutelar direitos individuais homogêneos dos trabalhadores.

c) Ação para declaração de nulidade de cláusula de convenção coletiva de trabalho.

d) Ação penal pública, em caso de crime contra a organização do trabalho.

e) Dissídio coletivo de greve, se esta ocorrer em atividade essencial.

### QUESTÃO DISCURSIVA

#### QUESTÃO 26

No município de Godrics, Capital de Estado fictício com ordenamento jurídico idêntico ao brasileiro, fica situada a sede da Universidade Hogs Wart – Entidade com natureza Autárquica, com vinculação ao Ministério da Educação. A Reitora da universidade, professora Dolores, deixou de realizar as adequações necessárias no sistema de combate a incêndio do alojamento da edificação.

Foi formalizada denúncia perante o Ministério Público do Trabalho, que instaurou inquérito civil público para apurar possíveis irregularidades. Realizada perícia no local pelos peritos do corpo técnico da instituição, foram constatadas irregularidades referentes às instalações elétricas (NR 10), às condições sanitárias (NR 24), às exigências contidas na NR 18 (construção civil) e à proteção contra incêndios (NR 23).

Diante da gravidade da situação, o Procurador do Trabalho Alastor ajuizou ação civil pública com pedido de imediato impedimento das atividades da Universidade Hogs Warts, relativamente à utilização do alojamento da edificação. Também foram formulados pedidos definitivos na referida ação.

Em que pese a imediata adoção das medidas cabíveis, antes mesmo da apreciação judicial do pedido de impedimento, ocorreu um incêndio no alojamento da universidade, que vitimou fatalmente os 73 professores, alunos e trabalhadores terceirizados que estavam no local.

Enquanto promotor natural do feito, diante dos fatos narrados e considerando o ordenamento jurídico brasileiro, responda fundamentadamente:

a) Em sua contestação, a universidade suscitou a incompetência da Justiça do Trabalho e a falta de legitimidade ativa do MPT, por ser entidade de natureza autárquica e não empresa pública. Discorra fundamentadamente sobre a competência e a legitimidade ativa na situação descrita.

b) Os familiares das vítimas pleitearam, em ação própria, o dano moral decorrente do acidente fatal. A universidade suscitou, em sua contestação, que o dano moral devido às vítimas que eram trabalhadores terceirizados deve ter como limite o valor fixado no §1º do art. 223-G da CLT. Discorra fundamentadamente acerca da limitação do dano moral prevista no dispositivo legal.

# Prova de Direito

---

## RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	